

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio - Selip
Diretoria de Licitações, Processamento de Contratos e Aditivos - Dilic

TC: 006.162/2022-3

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO nº 24/2022**Data de Abertura: 21/06/2022 às 14:00 no sítio
www.gov.br/compras**Objeto**

Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas da União - TCU - Sede, Anexos I, II, III e Restaurante e do Complexo do Instituto Serzedello Corrêa - ISC, em Brasília/DF

Valor estimado

R\$ 143.169,28 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	FACULTATIVA	TERMO DE CONTRATO	POR ITEM

* Telefones para agendamento da vistoria: (61)3527-5825/(61)3527-5479

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA SEÇÃO XI) ***Requisitos Básicos:**

- Sicaf ou documentos equivalentes
- Certidão CNJ
- Certidão do Portal da Transparência
- Certidão CNDT

Requisitos Específicos:

- Outras Qualificações
- Qualificação Técnico-Operacional

*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Prazo para envio da proposta/documentação

Até 2 hora (s) após a convocação realizada pelo (a) pregoeiro (a).

Pedidos de EsclarecimentosAté 19h do dia 15/06/2022 para os endereços
cpl@tcu.gov.br e EVALDOAR@tcu.gov.br**Impugnações**Até 19h do dia 15/06/2022 para os endereços
cpl@tcu.gov.br e EVALDOAR@tcu.gov.br



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES, PROCESSAMENTO DE CONTRATOS E ADITIVOS**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2022

O **Tribunal de Contas da União - TCU** e este **Pregoeiro**, designado pela Portaria-Selip n.º 01, de 05 de janeiro de 2022, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n.º 10.520/2002**, do **Decreto n.º 10.024/2019**, da **Lei Complementar n.º 123/2006** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA 21 de junho de 2022

HORÁRIO: 14h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 30001

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. Constitui o objeto da presente licitação a contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas da União - TCU - Sede, Anexos I, II, III e Restaurante e do Complexo do Instituto Serzedello Corrêa - ISC, em Brasília/DF, por um período de 12 (doze) meses, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação e recomposição de registros e documentos, em regime de empreitada por preço global, conforme especificações constantes do termo de referência em anexo.

1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. A despesa anual (prêmio) com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 143.169,28 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos)**, conforme o orçamento anexo.

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. Poderão participar deste **Pregão**, as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio www.gov.br/compras.

- 3.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 3.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
4. Não poderão participar deste **Pregão**:
 - 4.1. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
 - 4.2. Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TCU, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 4.3. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 4.4. Empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 4.5. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/98;
 - 4.6. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92;
 - 4.7. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei n.º 8.666/93;
 - 4.7.1. Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei n.º 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
 - 4.8. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
 - 4.9. Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
 - 4.10. Empresário que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
 - 4.11. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico comum;
 - 4.12. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 4.13. Cooperativa de mão de obra, conforme disposto art. 5 da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012;

4.13.1. Além do exposto, há as associações e cooperativas de seguros que também não estão autorizadas pela SUSEP a comercializar seguros (<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/orientacao-ao-consumidor/associacoes-e-cooperativas-isso-e-seguro>) bem como, conforme disposto no § único do art. 24 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966.

4.14. Sociedade empresária de corretagem ou corretor de seguros, nos termos do § 3º do art. 16 do Decreto n.º 60.459 de 13 de março de 1967.

5. O **Pregoeiro** poderá verificar no site da SUSEP se a **licitante** está autorizada a comercializar seguros (<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/mercado-supervisionado/entidades-supervisionadas>).

SEÇÃO IV - DA VISTORIA

6. A **licitante** poderá vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário pelo telefone (61) 3527-5479 para o Item I - TCU, e pelo telefone (61) 3527-5825 para o Item II - ISC, limitada a realização da vistoria a **um interessado por vez**.

6.1. Independentemente de fazer vistoria, a **licitante** deverá apresentar declaração, nos termos dos modelos constantes dos anexos IV e V deste Edital.

6.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste **Pregão**.

SEÇÃO V - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7. A **licitante** deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

7.1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor total ofertado para cada item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

8. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

9. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou à conformidade da proposta sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
 - 11.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
 - 11.2. Até a abertura da sessão pública, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.
 - 11.3. O **Pregoeiro** deverá suspender a sessão pública do **Pregão** quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.
 - 11.3.1. Após a suspensão da sessão pública, o **Pregoeiro** enviará, via *chat*, mensagens às **licitantes** informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.
 - 11.4. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
 - 11.4.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.
13. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
14. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VII - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

15. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
16. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VIII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

17. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
18. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
19. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

20. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
21. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
22. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
23. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
24. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.
25. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.
- 25.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 25.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 100,00 (cem reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Pregoeiro** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

27. A **licitante melhor classificada** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio da opção "Enviar Anexo" no [Portal Compras.gov.br](http://Portal.Compras.gov.br).
28. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 28.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União - TCU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

- 28.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 28.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 28.4.** Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 28.4.1.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.
- 28.4.2.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.
- 28.5.** Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.
- 29.** A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.
- 30.** Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

- 31.** A habilitação das **licitantes** será julgada com base nos documentos encaminhados, concomitantemente à proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.
- 32.** As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf, assegurado às demais **licitantes** o direito de acesso aos dados constantes do referido sistema.
- 33.** O **Pregoeiro** verificará eventual descumprimento das vedações elencadas na Condição 4 da Seção III - Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:
- 33.1.** Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei n.º 8.666/93;
- 33.2.** Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- 34.** As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.
- 35.** Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das **licitantes** será realizada mediante a apresentação do seguinte documento, para fins de **regularidade trabalhista**:

35.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011.

36. Para fins de **qualificação técnico-operacional**, deverão ser apresentados:

36.1. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da **licitante**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou direito privado, que comprove que mantém ou manteve contrato de seguro compatível com o objeto deste **Pregão**.

36.1.1. Será considerada compatível a contratação de seguro com cobertura de riscos nomeados e de responsabilidade civil devidamente registrado na Susep, com valor em risco declarado total em quantidade igual ou superior a R\$ 63.394.618,54 (sessenta e três milhões trezentos e noventa e quatro mil seiscentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos), para o Item I; e, R\$ 13.368.651,61 (treze milhões trezentos e sessenta e oito mil seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e um centavos), para o Item II.

36.1.2. É vedado o somatório de atestados ou declarações para efeito de comprovação de qualificação técnica.

36.2. Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, apta a comprovar que a seguradora está legalmente autorizada a operar;

36.3. Declaração de vistoria, conforme modelos constantes dos anexos IV e V deste Edital.

37. O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

38. Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, deverão, mediante solicitação do **Pregoeiro**, ser enviados juntamente à proposta adequada ao último lance.

38.1. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do Portal Compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

38.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Editais e Pregões - SEP do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 04, Lote 1, Anexo I, sala 103, CEP 70042-900, Brasília-DF.

38.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

38.3. As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

- 38.4.** Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 38.5.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 38.6.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

39. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

SEÇÃO XII - DA DEMONSTRAÇÃO DO SERVIÇO

40. Não se exigirá a demonstração do serviço ofertado.

SEÇÃO XIII - DO RECURSO

41. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

41.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

41.2. O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

41.3. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

42. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do TC 006.162/2022-3 franqueada aos interessados.

43. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

44. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

45. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.
46. A homologação deste **Pregão** compete ao Secretário Geral de Administração do Tribunal de Contas da União.
47. O objeto deste **Pregão** será adjudicado às **licitantes vencedoras** dos respectivos itens.

SEÇÃO XV - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

48. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 48.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
49. O prazo para assinatura do contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
50. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.
51. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para assinar o contrato após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

SEÇÃO XVI - DAS SANÇÕES

52. A **licitante** ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor anual estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
- 52.1. cometer fraude fiscal;
- 52.2. apresentar documento falso;
- 52.3. fizer declaração falsa;
- 52.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 52.4.1. reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal.
- 52.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 52.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 52.7. não manter a proposta.

53. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à **licitante**, em decorrência de conduta vedada neste **Pregão**, as comunicações à **licitante** serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

53.1. A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Tribunal de Contas da União - TCU, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

SEÇÃO XVII - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

54. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br, até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

55. O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

56. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

57. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br.

58. O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

59. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

SEÇÃO XVIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

60. Ao Secretário Geral de Administração do Tribunal de Contas da União compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

60.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

60.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

61. É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

62. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

62.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

63. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

64. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

65. Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TCU, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

SEÇÃO XIX - DOS ANEXOS

66. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

66.1. Anexo I – Termo de Referência;

66.2. Anexo II – Bens, Valores e Coberturas;

66.3. Anexo III – Orçamento Estimativo;

66.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de Vistoria para Item I - TCU;

66.5. Anexo V – Modelo de Declaração de Vistoria para Item II - ISC;

66.6. Anexo VI – Minuta do Contrato para o Item I - TCU;

66.7. Anexo VII – Minuta do Contrato para o Item II - ISC;

66.8. Anexo VIII – Cópia da Apólice Vigente para o Item I - TCU;

66.9. Anexo IX – Cópia da Apólice Vigente para o Item II - ISC.

SEÇÃO XX - DO FORO

67. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Brasília, 8 de junho de 2022

(Assinado eletronicamente – conferência)

Evaldo Araújo Ramos

Pregoeiro

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas da União – TCU – Sede, Anexos I, II, III e Restaurante (Item I) e do Complexo do Instituto Serzedello Corrêa – ISC (Item II) em Brasília/DF, por um período de 12 (doze) meses, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (*sprinklers*), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação e recomposição de registros e documentos, conforme anexos deste Edital.

2. Orçamento estimativo

A despesa (prêmio) com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 143.169,28 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos), conforme Anexo III deste Edital.

3. Da Participação na licitação

- 3.1. O contrato objeto desta licitação será celebrado com sociedade seguradora, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 3.2. Visando o interesse público, não será contratada entidade submetida a regime especial junto à SUSEP.
- 3.3. O pregoeiro poderá consultar o site da SUSEP para verificação dos itens 3.1 e 3.2 acima.
- 3.4. O objeto do contrato não será intermediado por corretor ou empresas de corretagem.
- 3.5. Além do exposto, há as associações e cooperativas de seguros que também não estão autorizadas pela SUSEP a comercializar seguros (<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/orientacao-ao-consumidor/associacoes-e-cooperativas-isso-e-seguro>).

4. Dos bens, valores e coberturas

As coberturas por seguro destinam-se aos bens elencados na Tabela Referencial I, com limites máximos de indenização (LMI) e franquias apostos na Tabela Referencial II (Anexo II deste Edital).

5. Da apólice

- 5.1. A emissão da apólice, certificado ou endosso será feita em até 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do contrato.
- 5.2. A vigência das apólices de seguro é de 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão.

- 5.3. Da apólice, deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais e, quando houver, das Condições Particulares para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:
- 5.4. A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;
- 5.5. O número do processo administrativo (**006.162/2022-3**) do TCU que identifica o plano comercializado;
- 5.6. As datas de início e fim de sua vigência observando-se o item 9;
- 5.7. As coberturas contratadas;
- 5.8. O Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;
- 5.9. O valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;
- 5.10. O nome ou a razão social do segurado;
- 5.11. O nome ou a razão social do beneficiário, quando for o caso;
- 5.12. A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo instalações e conteúdo (**Bens Móveis**), cujos valores em riscos constam do Anexo II deste Edital;
- 5.13. A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;
- 5.14. A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

6. Dos riscos cobertos

- 6.1. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pela CONTRATANTE, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.
- 6.2. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:
 - 6.2.1. **Cobertura Básica**, isenta de franquia, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;
 - 6.2.2. **Coberturas Acessórias** para danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (*sprinklers*), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação, recomposição de registros e documentos.

- 6.3. O seguro contra incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.
- 6.3.1. Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, O CONJUNTO, FORMADO POR TODOS ELES, SERÁ INTERPRETADO COMO UMA ÚNICA “OCORRÊNCIA”.
- 6.4. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à CONTRATANTE, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.
- 6.5. Os eventuais desembolsos efetuados pela CONTRATANTE, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.
- 6.6. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:
- 6.6.1. Despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;
- 6.6.2. Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.
- 6.7. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:
- 6.7.1. Despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;
- 6.7.2. Valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;
- 6.7.3. Danos sofridos pelos bens segurados.

7. Do endosso

Em caso de desconformidade, a CONTRATANTE poderá solicitar alteração na apólice, cabendo à contratada endossá-la.

8. Da vigência das apólices

A vigência das apólices de seguro é de 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão.

9. Local de entrega das apólices

9.1. As apólices únicas, relativas a cada item, deverão ser entregues, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados das datas de suas emissões, conforme abaixo:

9.1.1. Item I: Diretoria de Material e Patrimônio – Dipat: Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 4, Lote 1 – Anexo I, 1º piso, Sala 124, Brasília-DF, CEP 70.042-900. E-mail: "patrimonio@tcu.gov.br".

9.1.2. Item II: Serviço de Administração do Instituto Serzedello Corrêa – SA/ISC: Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 3, Lote 3, 2º piso, Sala 206 - Brasília-DF, CEP 70.200-003. E-mail: "isc_sa@tcu.gov.br".

9.1.3. As entregas acima deverão ser acompanhadas do documento fiscal correspondente.

9.2. A entrega se dará por recebimento provisório, imediatamente após a apresentação da apólice, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

9.3. O recebimento definitivo se dará, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório com fins de verificar a perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto no documento fiscal.

9.4. O pagamento correspondente ao objeto deste contrato será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto no recibo, fornecido após a entrega da respectiva apólice e da apresentação do correspondente documento fiscal, conforme item 9.3 acima.

10. Da Vistoria

10.1. Não será exigida a vistoria prévia.

10.2. A despeito de não existir tal exigência, estará franqueada às licitantes a vistoria aos locais de prestação dos serviços para que, se desejarem, tomem ciência das condições inerentes aos serviços e particularidades das instalações, não sendo aceita em hipótese alguma e a nenhum tempo a alegação de desconhecimento em relação aos serviços.

10.3. As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes ao objeto supracitado, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes deste documento e ocorrerão até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante agendamento prévio de horário nos telefones abaixo, obedecendo-se ao horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 nos dias úteis:

10.3.1. Item I (TCU): Diretoria de Material e Patrimônio – Dipat, telefone (61) 3527-5479.

10.3.2. Item II (ISC): Serviço de Administração do Instituto Serzedello Corrêa – SA/ISC, telefone (61) 3527-5825.

10.4. Caso decida por fazer a vistoria, a licitante, ou seu representante, deverá estar devidamente identificado e seguir as normas sanitárias exigidas pelo TCU para acessar suas instalações.

10.5. Independentemente de fazer vistoria, a licitante deverá apresentar declaração, nos termos dos modelos constantes dos Anexos IV (Item I - TCU) e V (Item II - ISC) deste Edital, por ocasião da habilitação.

10.6. A não realização de vistoria não admitirá à licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para a execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por quaisquer ônus decorrentes desses fatos.

10.7. É de responsabilidade da proponente o conhecimento das características dos produtos relacionados no objeto desta licitação.

11. Dos Imóveis

11.1. Item I – TCU – Sede, Anexos I, II, III e Restaurante:

11.1.1. Na Sede do TCU, Anexos I, II, III e Restaurante, edificações ocupadas, onde são realizadas atividades preponderantemente administrativas, há depósito de bens no subsolo e garagem para veículos. Parte da área externa possui gradil de proteção. Nas instalações, há serviços permanentes de vigilância armada, conservação, manutenção predial, hidráulica, elétrica e brigada contra incêndio. Os prédios possuem para-raios e sistema de combate a incêndio composto de detectores de fumaça, alarmes, sprinklers, extintores de incêndio, hidrantes internos e circuito fechado de TV (CFTV). Na Sede, há instalações para atendimento médico, odontológico e de primeiros socorros. Para entrada nas dependências do TCU é feito controle de acesso e identificação de pedestres e veículos. Possui por volta de 2500 colaboradores.

11.1.2. O Edifício Sede do TCU possui habite-se regular.

11.1.3. Sobre os Anexos I, II, III e Restaurante, a Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio do TCU (Senge) está cumprindo exigências e/ou aguardando providências dos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF) à obtenção do habite-se.

11.2. Item II – Complexo do ISC:

11.2.1. No Instituto Serzedello Corrêa (ISC), edificações ocupadas, são realizadas atividades preponderantemente administrativas, de ensino, palestras e culturais, com garagem de veículos e depósito de bens no subsolo. Possui gradil de proteção em toda sua área externa. Nas instalações, há serviços permanentes de vigilância armada, conservação, manutenção predial, hidráulica, elétrica e brigada contra incêndio. O complexo do ISC possui para-raios e sistema de combate a incêndio composto de detectores de fumaça, sprinklers, extintores de incêndio, hidrantes internos e circuito fechado de TV (CFTV). Para entrada nas dependências do ISC é feito controle de acesso e identificação de pedestres e veículos. Possui por volta de 200 colaboradores.

11.2.2. Sobre o ISC, a Senge solicitou o habite-se ao GDF e o pedido do documento encontra-se em análise.

11.3. A CONTRATADA, ao prosseguir no certame, declara conhecer os itens acima e não poderá, em nenhum tempo, negar cobertura por prejuízos não cobertos por julgar haver óbices nas características e condições dos imóveis dos Itens I e/ou II.

11.4. Para ambos os itens, não houve sinistro que ensejasse o acionamento dos seguros nos últimos 5 (cinco) anos. As cópias dos seguros vigentes estão nos Anexos VIII e IX.

12. Unidade responsável pelo Termo de Referência

Serviço de Gestão Patrimonial - SGP.

ANEXO II – BENS, VALORES E COBERTURAS

A cobertura por seguro destina-se aos bens elencados na tabela referencial I, com limite máximo de garantia a ser contratado na forma de risco relativo. As coberturas adicionais (Danos Elétricos e demais) deverão ser contratadas por risco absoluto (tabela referencial II).

TABELA REFERENCIAL I

Item I – TCU – Sede, Anexos I, II, III e Restaurante.

Valor em risco declarado - VRD	
Tribunal de Contas da União - TCU– Sede, Anexos I, II, III e Restaurante Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 4, Lote 1 - CEP 70042-900 - Brasília - DF	
1. Prédio Edifício-Sede	
1.1. Salas de Trabalho, com 21.903 m ²	R\$121.430.703,63
1.2. Garagem, com 12.641 m ²	R\$35.124.706,94
1.3. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$32.448.391,78
Total	R\$189.003.802,35
2. Prédio Edifício-Anexo I	
2.1. Salas de Trabalho, com 10.927 m ²	R\$60.579.523,29
2.2. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$19.575.138,72
Total	R\$80.154.662,01
3. Prédio Edifício-Anexo II	
3.1. Salas de Trabalho, com 13.329 m ²	R\$73.896.263,01
3.2. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$64.722.840,04
Total	R\$138.619.103,05
4. Prédio Edifício-Anexo III	
4.1. Salas de Trabalho, com 18.130 m ²	R\$100.513.110,39
4.2. Garagem, com 34.290 m ²	R\$95.279.345,08
4.3. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$13.398.001,54
Total	R\$209.190.457,01
5. Prédio Edifício-Restaurante, com 2.113 m²	R\$11.714.517,50
5.1. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$5.263.643,50

Total	R\$16.978.161,00
TOTAL GERAL	R\$633.946.185,42

Item II – ISC

Valor em risco declarado - VRD	
Complexo do Instituto Serzedello Corrêa - ISC	
Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 3, polo 8, Lote 3 - CEP 70200-003 - Brasília - DF	
1. Complexo do Instituto Serzedello Corrêa	
1.1. Salas de Trabalho, com 24.957,90 m ²	R\$120.492.534,36
1.2. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$13.193.981,75
Total	R\$133.686.516,11
TOTAL GERAL	R\$133.686.516,11

TABELA REFERENCIAL II

Item I – TCU – Sede, Anexos I, II, III e Restaurante

Limites máximos de indenização (LMI) e franquias			
Tribunal de Contas da União - TCU- Sede, Anexos I, II, III e Restaurante			
Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 4, Lote 1 - CEP 70042-900 - Brasília - DF			
Coberturas	Risco	LMI	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Relativo	R\$ 633.946.185,42	<i>sem franquia</i>
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$ 500.000,00	<i>sem franquia</i>

Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (<i>sprinklers</i>)	Absoluto	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	R\$ 50.000,00	<i>sem franquia</i>
Quebra de Vidros, inclusive pele de vidro	Absoluto	R\$ 30.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Alagamento e inundação	Absoluto	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Recomposição de registros e documentos	Absoluto	R\$ 20.000,00	<i>sem franquia</i>

Item II - Complexo do ISC

Limites máximos de indenização (LMI) e franquias			
Complexo do Instituto Serzedello Corrêa – ISC Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 3, polo 8, Lote 3 - CEP 70200-003 - Brasília - DF			
Coberturas	Risco	LMI	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Relativo	R\$ 133.686.516,11	<i>sem franquia</i>
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$ 100.000,00	<i>sem franquia</i>
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (<i>sprinklers</i>)	Absoluto	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis

			com mínimo de R\$ 500,00
Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	R\$ 50.000,00	<i>sem franquia</i>
Quebra de Vidros, inclusive pele de vidro	Absoluto	R\$ 30.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Alagamento e inundação	Absoluto	R\$ 400.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Recomposição de registros e documentos	Absoluto	R\$ 50.000,00	<i>sem franquia</i>

ANEXO III – ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Item I – TCU – Sede, Anexos I, II, III e Restaurante

Bens	Prêmio Total
1. Prédio Edifício Sede TCU	R\$ 118.235,74 (cento e dezoito mil duzentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos)
2. Prédio Edifício Anexo I	
3. Prédio Edifício Anexo II	
4. Prédio Edifício Anexo III	
5. Prédio Edifício Restaurante	

Item II – Complexo do ISC

Bens	Prêmio Total
1. Complexo do ISC	R\$ 24.933,54 (vinte e quatro mil novecentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos)



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Item I – TCU – Sede, Anexos I, II, III e Restaurante

Ao
Tribunal de Contas da União
Ref.: Pregão nº ____/20__

Declaramos que em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20__, que eu, _____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, Responsável da Empresa _____, estabelecida no (a) _____, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o Tribunal de Contas da União e vistoriei os bens a serem segurados, objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das reais condições e graus de dificuldades existentes, bem como coletei informações e todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

Ou Optamos pela **NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**, assumindo inteira responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta comercial processo licitatório de Pregão Eletrônico ____/20__, em nome da empresa que represento.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Responsável Técnico da empresa)

Visto:

Responsável pelo TCU
Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Item II – Complexo do ISC

Ao
Instituto Serzedello Corrêa
Ref.: Pregão nº ____/20__

Declaramos que em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20__, que eu, _____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, Responsável da Empresa _____, estabelecida no (a) _____, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o Tribunal de Contas da União e vistoriei os bens a serem segurados, objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das reais condições e graus de dificuldades existentes, bem como coletei informações e todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

Ou Optamos pela **NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**, assumindo inteira responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta comercial processo licitatório de Pregão Eletrônico ____/20__, em nome da empresa que represento.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Responsável Técnico da empresa)

Visto:

Responsável pelo ISC
Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO
(para o Item I – TCU – Sede, Anexos I, II, III e Restaurante)

TERMO DE CONTRATO N.º [REDACTED]/20[REDACTED] QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E [REDACTED] PARA AQUISIÇÃO DE SEGURO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

CONTRATANTE: A União, por intermédio do Tribunal de Contas da União [se for o caso, indicar também o nome da Unidade Técnica], com sede no [inserir endereço completo], inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 00.414.607/[REDACTED] - [REDACTED], representado pelo seu [inserir função da autoridade competente], Senhor(a) [inserir nome do titular ou substituto], de acordo com a [delegação/subdelegação] de competência contida no inciso [REDACTED] do art. [REDACTED] da Portaria da [Presidência ou Segedam] n.º [REDACTED], de [REDACTED].

CONTRATADA: [REDACTED], inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º [REDACTED], estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n.º [REDACTED] [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n.º [REDACTED], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no TC n.º 006.162/2022-3 (Pregão Eletrônico [REDACTED]/20[REDACTED]), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas da União - TCU - Sede, Anexos I, II, III e Restaurante, por um período de 12 (doze) meses, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação e recomposição de registros e documentos, em regime de empreitada por preço global, conforme especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º [REDACTED]/20[REDACTED].

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2. O valor total deste contrato é de R\$ [REDACTED] ([REDACTED]), conforme tabela a seguir:

Bens	Prêmio Total
1. Prédio Edifício Sede	
2. Prédio Edifício Anexo I	
3. Prédio Edifício Anexo II	
4. Prédio Edifício Anexo III	
5. Prédio Edifício Restaurante	

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3. A despesa orçamentária da execução deste contrato para o exercício de _____, no valor de R\$ _____ (_____), correrá conforme a Nota de Empenho _____ n.º _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4. Pelo seguro objeto do presente, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o prêmio no valor total de R\$ _____ (_____), destinado à cobertura dos bens móveis e imóveis abaixo discriminados:

Valor em risco declarado - VRD	
Tribunal de Contas da União - TCU	
Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 4, Lote 1 - CEP 70042-900 - Brasília - DF	
1. Prédio Edifício-Sede	
1.1. Salas de Trabalho, com 21.903 m ²	R\$121.430.703,63
1.2. Garagem, com 12.641 m ²	R\$35.124.706,94
1.3. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$32.448.391,78
Total	R\$189.003.802,35
2. Prédio Edifício-Anexo I	
2.1. Salas de Trabalho, com 10.927 m ²	R\$60.579.523,29
2.2. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$19.575.138,72
Total	R\$80.154.662,01

3. Prédio Edifício-Anexo II	
3.1. Salas de Trabalho, com 13.329 m ²	R\$73.896.263,01
3.2. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$64.722.840,04
Total	R\$138.619.103,05
4. Prédio Edifício-Anexo III	
4.1. Salas de Trabalho, com 18.130 m ²	R\$100.513.110,39
4.2. Garagem, com 34.290 m ²	R\$95.279.345,08
4.3. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$13.398.001,54
Total	R\$209.190.457,01
5. Prédio Edifício-Restaurante, com 2.113 m²	R\$11.714.517,50
5.1. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$5.263.643,50
Total	R\$16.978.161,00
TOTAL GERAL	R\$633.946.185,42

4.1. Estão incluídos no preço eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4.2. É vedada a incidência de IOF, com base no Decreto nº 6.306/2007.

5. Para efeitos de recebimento definitivo do objeto a CONTRATADA deve apresentar documento fiscal/fatura do fornecimento, em uma única via, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, com a finalidade de subsidiar a liquidação e o pagamento.

6. O pagamento correspondente ao objeto deste contrato será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto no recibo.

7. O atesto ocorrerá juntamente com o recebimento definitivo.

8. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária emitida via SIAFI, creditada na conta corrente da CONTRATADA, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstos forma da legislação aplicável.

10. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

11. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

12. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados de / / a / / .

13. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

13.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.2. A Administração do TCU tenha interesse na continuidade dos serviços;

13.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TCU;
e

13.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

14. A CONTRATADA obriga-se a executar o serviço de seguro em relação a sinistros cujos fatos estejam alcançados pela cobertura securitária e tenham ocorrido dentro do prazo de vigência contratual, mesmo que a execução e finalização do procedimento de indenização decorrente se estendam para além da vigência do contrato, tendo em vista tratar-se de obrigação legal (art. 69 e 73, §2º, da Lei n.º 8.666/1993) e contratual de reparação pré-estabelecidas e assumidas pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta e quando da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RENOVAÇÃO DA APÓLICE

15. No caso de prorrogação do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, a vigor a partir do dia e do horário imediatamente seguintes à expiração da apólice anterior.

16. O Serviço de Gestão Patrimonial (SGP) apresentará à CONTRATADA o Valor em Risco Declarado (VRD), para fins da apresentação da nova apólice.

17. No que toca aos bens imóveis, o VRD, a ser calculado pelo SGP, incorporará a atualização de valores com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apurada no período de 12 (doze) meses, contados, para o primeiro reajuste, da data base 15/5/2023.

18. No que toca aos bens móveis, o VRD considerará os valores unitários extraídos do sistema Patrimônio do TCU, à época da renovação da apólice.

- 19.** A atualização dos valores dos bens móveis e imóveis a serem segurados na prorrogação contratual incluirá pesquisa de preço previamente à celebração do apostilamento, para fins de verificação da compatibilidade do prêmio do seguro com os valores de mercado.
- 20.** A taxa de prêmio – também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa –, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.
- 21.** O percentual final de variação do valor do prêmio não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DAS PARTES

- 22.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 23.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º / 20, deve:
- 23.1.** nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
 - 23.2.** manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
 - 23.3.** indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS);
 - 23.3.1.** Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico institucional indicado no item anterior.
- 24.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 24.1.** a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
 - 24.2.** a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
 - 24.3.** a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

25. A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º / 20, deve:

- 25.1.** prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;
- 25.2.** manter servidor designado para as funções de fiscalização e de gestão do contrato;
- 25.3.** comunicar à CONTRATADA sobre situações não previstas, que possam agravar o risco segurado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA APÓLICE

26. A apólice única, relativa ao objeto da presente contratação, deverá ser entregue no Tribunal de Contas da União, à Diretoria de Material e Patrimônio (Dipat), no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da sua emissão, em data e horário previamente combinado com a Administração.

27. O recebimento provisório da apólice, para efeito de posterior verificação de sua conformidade, será realizado no ato de sua entrega.

28. O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a entrega da apólice.

29. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado nesta cláusula não a exime de prestar a cobertura contratada, na ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

30. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) titular do Serviço de Gestão Patrimonial – SGP ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

31. A atestação de conformidade da prestação do serviço cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

32. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

33. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

- 33.1.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

34. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

35. O presente contrato fundamenta-se nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º [REDACTED] / 20 [REDACTED], constante do processo TC - 006.162/2022-3, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

36. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

36.1. apresentar documentação falsa;

36.2. fraudar a execução do contrato;

36.3. comportar-se de modo inidôneo;

36.3.1. reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal.

36.4. cometer fraude fiscal; ou

36.5. fizer declaração falsa.

37. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens abaixo, com as seguintes sanções:

37.1. Advertência;

37.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Contas da União (TCU), por prazo não superior a dois anos;

37.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

37.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

38. Em caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita a multa equivalente a 2% (dois por cento), por dia, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

38.1. Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado no prazo de entrega da apólice ou na execução do contrato até o limite de 15 (quinze) dias.

39. Em caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à multa de, no máximo, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

39.1. Considera-se inexecução total o atraso injustificado no prazo de entrega da apólice ou na execução do contrato superior a 15 (quinze) dias.

40. O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA.

40.1. Se o valor da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

40.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

41. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

42. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

[Local], em [data].

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

[Nome da autoridade competente]

[inserir nome do cargo]

CONTRATADA

Representante

Procurador/cargo

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO (para o Item II – ISC)

TERMO DE CONTRATO N.º [REDACTED]/20[REDACTED] QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E [REDACTED] PARA AQUISIÇÃO DE SEGURO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA.

CONTRATANTE: A União, por intermédio do Tribunal de Contas da União [se for o caso, indicar também o nome da Unidade Técnica], com sede no [inserir endereço completo], inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 00.414.607/[REDACTED]-[REDACTED], representado pelo seu [inserir função da autoridade competente], Senhor(a) [inserir nome do titular ou substituto], de acordo com a [delegação/subdelegação] de competência contida no inciso [REDACTED] do art. [REDACTED] da Portaria da [Presidência ou Segedam] n.º [REDACTED], de [REDACTED].

CONTRATADA: [REDACTED], inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º [REDACTED], estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n.º [REDACTED] [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n.º [REDACTED], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no TC n.º 006.162/2022-3 (Pregão Eletrônico [REDACTED]/20[REDACTED]), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Instituto Serzedello Corrêa – ISC, em Brasília/DF, por um período de 12 (doze) meses, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação e recomposição de registros e documentos, em regime de empreitada por preço global, conforme especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº [REDACTED]/20[REDACTED].

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2. O valor total deste contrato é de R\$ [REDACTED] ([REDACTED]), conforme tabela a seguir:

Bens	Prêmio Total
Prédio Edifício Sede ISC (Anexo IV)	

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3. A despesa orçamentária da execução deste contrato para o exercício de _____, no valor de R\$ _____ (_____), correrá conforme a Nota de Empenho _____ n.º _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4. Pelo seguro objeto do presente, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o prêmio no valor total de R\$ _____ (_____), destinado à cobertura dos bens móveis e imóveis abaixo discriminados:

Valor em risco declarado - VRD	
Instituto Serzedello Corrêa – ISC Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 3, polo 8, Lote 3 - CEP 70200-003 - Brasília - DF	
1. Prédio Edifício-Sede	
1.1. Salas de Trabalho, com 24.957,90 m ²	R\$120.492.534,36
1.2. Conteúdo (Bens Móveis)	R\$13.193.981,75
Total	R\$133.686.516,11
TOTAL GERAL	R\$133.686.516,11

4.1. Estão incluídos no preço eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4.2. É vedada a incidência de IOF, com base no Decreto nº 6.306/2007.

5. Para efeitos de recebimento definitivo do objeto a CONTRATADA deve apresentar documento fiscal/fatura do fornecimento, em uma única via, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, com a finalidade de subsidiar a liquidação e o pagamento.

6. O pagamento correspondente ao objeto deste contrato será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto no recibo.

7. O atesto ocorrerá juntamente com o recebimento definitivo.

8. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária emitida via SIAFI, creditada na conta corrente da CONTRATADA, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstos na forma da legislação aplicável.
10. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
11. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 11.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

12. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados de / / a / / .
13. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
- 13.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 13.2. A Administração do TCU tenha interesse na continuidade dos serviços;
- 13.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TCU;
e
- 13.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.
14. A CONTRATADA obriga-se a executar o serviço de seguro em relação a sinistros cujos fatos estejam alcançados pela cobertura securitária e tenham ocorrido dentro do prazo de vigência contratual, mesmo que a execução e finalização do procedimento de indenização decorrente se estendam para além da vigência do contrato, tendo em vista tratar-se de obrigação legal (art. 69 e 73, §2º, da Lei n.º 8.666/1993) e contratual de reparação pré-estabelecidas e assumidas pela CONTRATADA na apresentação de sua proposta e quando da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RENOVAÇÃO DA APÓLICE

15. No caso de prorrogação do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, a vigorar a partir do dia e do horário imediatamente seguintes à expiração da apólice anterior.
16. O Serviço de Gestão Patrimonial (SGP) apresentará à CONTRATADA o Valor em Risco Declarado (VRD), para fins da apresentação da nova apólice.

- 17.** No que toca aos bens imóveis, o VRD, a ser calculado pelo SGP, incorporará a atualização de valores com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apurada no período de 12 (doze) meses, contados, para o primeiro reajuste, da data base 15/5/2023.
- 18.** No que toca aos bens móveis, o VRD considerará os valores unitários extraídos do sistema Patrimônio do TCU, à época da renovação da apólice.
- 19.** A atualização dos valores dos bens móveis e imóveis a serem segurados na prorrogação contratual incluirá pesquisa de preço previamente à celebração do apostilamento, para fins de verificação da compatibilidade do prêmio do seguro com os valores de mercado.
- 20.** A taxa de prêmio – também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa –, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.
- 21.** O percentual final de variação do valor do prêmio não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DAS PARTES

- 22.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 23.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º / 20, deve:
- 23.1.** nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
 - 23.2.** manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
 - 23.3.** indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS);
 - 23.3.1.** Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico institucional indicado no item anterior.
- 24.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 24.1.** a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
 - 24.2.** a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

24.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

25. A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º / **20** , deve:

25.1. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;

25.2. manter servidor designado para as funções de fiscalização e de gestão do contrato;

25.3. comunicar à CONTRATADA sobre situações não previstas, que possam agravar o risco segurado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA APÓLICE

26. A apólice única, relativa ao objeto da presente contratação, deverá ser entregue no Instituto Serzedello Corrêa, ao Serviço de Administração (SA), no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da sua emissão, em data e horário previamente combinado com a Administração.

27. O recebimento provisório da apólice, para efeito de posterior verificação de sua conformidade, será realizado no ato de sua entrega.

28. O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a entrega da apólice.

29. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado nesta cláusula não a exime de prestar a cobertura contratada, na ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

30. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) titular do Serviço de Administração do Instituto Serzedello Corrêa – SA/ISC ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

31. A atestação de conformidade da prestação do serviço cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

32. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

33. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

33.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

34. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

35. O presente contrato fundamenta-se nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º / **20**, constante do processo TC - 006.162/2022-3, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

36. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

36.1. apresentar documentação falsa;

36.2. fraudar a execução do contrato;

36.3. comportar-se de modo inidôneo;

36.3.1. reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal.

36.4. cometer fraude fiscal; ou

36.5. fizer declaração falsa.

37. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens abaixo, com as seguintes sanções:

37.1. Advertência;

37.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Contas da União (TCU), por prazo não superior a dois anos;

37.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

37.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

38. Em caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita a multa equivalente a 2% (dois por cento), por dia, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

38.1. Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado no prazo de entrega da apólice ou na execução do contrato até o limite de 15 (quinze) dias.

39. Em caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à multa de, no máximo, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

39.1. Considera-se inexecução total o atraso injustificado no prazo de entrega da apólice ou na execução do contrato superior a 15 (quinze) dias.

40. O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA.

40.1. Se o valor da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

40.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

41. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

42. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

[Local], em [data].

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

[Nome da autoridade competente]

[inserir nome do cargo]

CONTRATADA

Representante

Procurador/cargo



ANEXO VIII – CÓPIA DA APÓLICE VIGENTE TCU (ITEM I)

O arquivo que constitui este Anexo está disponível aos interessados juntamente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 24/2022 do TCU no sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) ou por meio do portal do TCU na internet, no endereço eletrônico:

<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/licitacoes-e-contratos-do-tcu/licitacoes/licitacoes-em-andamento/>

Caso não seja possível o acesso ao arquivo por meio do portal do TCU ou no sistema Comprasnet, as licitantes poderão solicitá-lo por meio de mensagem de correio eletrônico ao endereço cpl@tcu.gov.br / evaldoar@tcu.gov.br.



ANEXO IX – CÓPIA DA APÓLICE VIGENTE ISC (ITEM II)

O arquivo que constitui este Anexo está disponível aos interessados juntamente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 24/2022 do TCU no sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) ou por meio do portal do TCU na internet, no endereço eletrônico:

<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/licitacoes-e-contratos-do-tcu/licitacoes/licitacoes-em-andamento/>

Caso não seja possível o acesso ao arquivo por meio do portal do TCU ou no sistema Comprasnet, as licitantes poderão solicitá-lo por meio de mensagem de correio eletrônico ao endereço cpl@tcu.gov.br.